

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 2026.

Dispõe sobre a possibilidade de conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve, aplicadas pelo Município de Vila Velha em doação de sangue e de medula óssea, e, dá outras providências.

Art. 1º - Fica estabelecida, no âmbito do Município de Vila Velha, a possibilidade de conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve e média, impostas pela autoridade de trânsito municipal, em doação de sangue ou de medula óssea a unidades oficiais de hemoterapia vinculadas ao Ministério da Saúde, nos termos desta Lei.

Parágrafo único – O *caput* desse artigo não será aplicado às multas decorrentes de infração cometida por veículo licenciado em outro Estado.

Art. 2º – O direito previsto nesta Lei será facultativo, cabendo ao condutor optar entre a doação de sangue, a doação de medula óssea ou o pagamento tradicional da multa.

Art. 3º – As infrações que poderão ser sanadas mediante doação de sangue ou de medula óssea, observando critérios técnicos e legais, limitadas a 2 (duas) por ano, para cada condutor já estão descritas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 4º – O condutor, munido do comprovante de doação de sangue ou de medula óssea, deverá dirigir-se ao órgão competente para solicitar a conversão da penalidade, conforme previsto nesta Lei.

§1º – O comprovante de doação deverá ser emitido no ato da doação e conter as seguintes informações: nome completo do doador, CPF, data da doação, identificação da unidade de hemoterapia ou de medula óssea, carimbo oficial e assinatura do responsável técnico.

§2º – O Comprovante também poderá ser anexado ao recurso contra aplicação da penalidade.

Art. 5º - O não cumprimento das exigências estabelecidas pela autoridade municipal de trânsito implicará a perda do direito à conversão da penalidade, devendo o infrator quitar a multa conforme os meios previstos na legislação vigente.

Art. 6º - Esta Lei trata exclusivamente da competência do Município de Vila Velha, não interferindo nas sanções de trânsito impostas pelo Estado ou pelo Governo Federal. O pagamento de multas de trânsito de competência estadual ou federal não será passível de conversão conforme disposto nesta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Plenário da Câmara de Vereadores de Vila Velha, 06 de janeiro de 2026.

RAFAEL PRIMO TURRA
VEREADOR PT



CÂMARA MUNICIPAL DE
VILA VELHA



❏ cnpj: 56.754.493/0001-00

✉ raphael.primo@cmvv.es.gov.br

📍 Rua Antônio Ataíde, 686

🌐 www.cmvv.es.gov.br

📞 (41) 32003900/30903500/36003500/3A005000
Centro / Vila Velha - Brasil

📞 (41) 327-99249-0555

Autenticar documento em <https://vilavelha.spornline.com.br/autenticidade>
Identificador 3200390030903500360035003A005000. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo proporcionar a conversão do pagamento de multas de trânsito de natureza leve em doação voluntária de sangue ou de medula óssea. A proposição é dotada de enorme relevância social a fazer uma ponte entre as infrações de menor gravidade e ações de solidariedade e saúde pública.

A proposta tem como objetivo incentivar a doação de sangue e dar um caráter pedagógico e social às infrações de trânsito classificadas como leves. Nesse sentido, a proposição constitui uma política pública que alia conscientização social à ampliação do acesso a tratamentos vitais.

A doação voluntária de sangue e de medula óssea representa um gesto de empatia e responsabilidade para com o próximo. Todavia, ainda há grande necessidade de campanhas contínuas e estratégias criativas que estimulem a população a participar ativamente desses atos de solidariedade.

Nesse sentido, a conversão e penalidades leves em ações de doação voluntária surge como uma alternativa viável, segura e humanitária. Além disso, a proposição tem o objetivo de unir educação no trânsito e responsabilidade social.

O Código de Trânsito Brasileiro já permite a conversão dessas multas em advertência quando não há reincidência, nesse caminho, a presente proposta de lei cria uma alternativa mais útil à sociedade. Se já existe a possibilidade de advertência, por que não transformar isso em um gesto que salva vidas?

Ademais, as câmaras municipais e assembleias legislativas de vários municípios e estados do Brasil já tem aprovado leis muito semelhantes. Além disso, a Deputada Federal Luísa Canziani protocolizou o Projeto de Lei nº. 3114/2025 que prevê a alteração do Código de Trânsito Brasileiro – CTB quanto à substituição tratada neste projeto.

É válido destacar que a substituição da multa será uma faculdade do infrator, que terá liberdade para escolher como pagar a infração.

Por fim, é válido destacar que o tema 917 (Leading case ARE 878911) fundamenta a constitucionalidade deste projeto de lei de enorme relevância social.

Assim, sem mais delongas, peço o apoio para a aprovação deste importante projeto união entre educação no trânsito e responsabilidade social.

Plenário da Câmara de Vereadores de Vila Velha, 06 de janeiro de 2026.

RAFAEL PRIMO TURRA
VEREADOR PT



CÂMARA MUNICIPAL DE
VILA VELHA



Autenticar documento em <https://vilavelha.spdonline.com.br/autenticidade>
Identificador 3200390030903500360035003A005000 Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

📄 cnpj: 56.754.493/0001-00

✉ rafael.primo@cmvv.es.gov.br

📍 Rua Antônio Ataíde, 686

🌐 www.cmvv.es.gov.br

📍 Centro / Vila Velha, Brasil

☎ 04710011.27-99249-0555

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200390030003500360035003A005000

Assinado eletronicamente por **VEREADOR RAFAEL PRIMO** em 06/01/2026 15:49

Checksum: **9B0D0D0C0C904735E3A1EAC959BBC8BB9D68D747A8AFE04481A13558C2457C9E**



Autenticar documento em <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 3200390030003500360035003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.